



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

**RESOLUÇÃO CONSU Nº 03, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021**

Institui o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Atividade da Unidade de Auditoria Interna Governamental da UFVJM.

**O CONSELHO UNIVERSITÁRIO** da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, e tendo em vista o que deliberou em sua 229ª reunião, sendo a 139ª sessão em caráter ordinário,

**RESOLVE:**

Art. 1º Instituir o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) da Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) da UFVJM.

Art. 2º O PGMQ tem por objetivo estabelecer atividades de caráter permanente destinadas a avaliar a qualidade, a produzir informações gerenciais e a promover a melhoria contínua da atividade da Auditoria Interna Governamental da UFVJM.

Art. 3º O PGMQ deve ser aplicado tanto no nível de trabalhos individuais de auditoria, quanto no nível mais amplo da atividade de auditoria interna. As avaliações devem incluir todas as fases da atividade de auditoria interna, quais sejam, os processos de planejamento, de execução dos trabalhos, de comunicação dos resultados e de monitoramento, de forma a aferir:

1. o alcance do propósito da atividade de auditoria interna;
2. a conformidade dos trabalhos com as disposições da IN SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017, da IN SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 e com as normas e procedimentos estabelecidos pela própria

## Auditoria Interna Governamental da UFVJM;

3. a conduta ética e profissional dos auditores.

Art. 4º Os resultados do PGMQ serão utilizados como base para os processos de capacitação de auditores e de melhoria contínua da atividade de auditoria interna.

Art. 5º O PGMQ será implementado por meio de avaliações internas e externas de qualidade, assim consideradas:

1. - Avaliações internas.

1. Monitoramento contínuo.

2. Avaliações periódicas.

2. – Avaliações externas.

§ 1º O monitoramento contínuo contempla, entre outras, as seguintes atividades:

1. planejamento e supervisão dos trabalhos de auditoria;
2. revisão de documentos, de papéis de trabalho e de relatórios de auditoria;
3. estabelecimento de indicadores de desempenho;
4. avaliação realizada pelos auditores, após a conclusão dos trabalhos;
5. *feedback* de gestores e de partes interessadas: i) de forma ampla, para aferir a percepção da alta administração sobre a agregação de valor da atividade de auditoria interna; e ii) de forma pontual, considerando os trabalhos individuais de auditoria realizados;

6. listas de verificação (*checklists*) para averiguar se manuais e procedimentos de auditoria estão sendo adequadamente observados.

§ 2º As avaliações periódicas serão realizadas de forma sistemática, abrangente e permanente, com base em roteiros de verificação previamente estabelecidos para avaliar a qualidade, a adequação e a suficiência do processo de planejamento; das evidências e dos papéis de trabalho produzidos ou coletados pelos auditores; das conclusões alcançadas; da comunicação dos resultados; do processo de supervisão; e do processo de monitoramento das recomendações emitidas em trabalhos individuais de auditoria.

§ 3º As atividades relativas às avaliações internas de qualidade poderão ser realizadas por meio de amostragem.

§ 4º As avaliações externas serão realizadas, no mínimo, a cada 5 anos, com o objetivo de obter opinião independente sobre o conjunto geral dos trabalhos de auditoria realizados e sua conformidade com princípios e normas aplicáveis. As avaliações externas serão conduzidas pela Controladoria Geral da União, regional MG (CGU/MG), ou por meio de autoavaliação com posterior validação por esse órgão de controle.

§ 5º As avaliações externas de qualidade serão realizadas com base no Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), do Instituto dos Auditores Internos (IIA), nos termos da Portaria CGU nº 777, de 18 de fevereiro de 2019.

§ 6º O IA-CM também poderá ser utilizado, de forma suplementar, no contexto das avaliações internas periódicas.

Art. 6º Compete ao Coordenador da Auditoria Interna Governamental (CAI) conduzir as atividades do PGMQ, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:

1. estabelecer e monitorar os indicadores de desempenho da atividade de auditoria interna;
2. estabelecer o conteúdo e a forma de obtenção dos *feedbacks* de gestores e de auditores;
3. definir os roteiros, a periodicidade, a metodologia e a forma de reporte das avaliações internas de qualidade;
4. promover a consolidação e a divulgação dos resultados das avaliações realizadas no âmbito do PGMQ; e,

5. propor outros procedimentos de assegução e de melhoria da qualidade.

Art. 7º Os resultados do PGMQ devem ser consolidados e reportados anualmente, por meio do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) nos termo da IN SFC 09/2018, art. 17, VIII, contemplando informações como:

1. o escopo, a frequência e os resultados das avaliações internas e externas se realizadas;
2. o nível de capacidade da Auditoria Interna da UFVJM, conforme Modelo IA-CM;
3. as oportunidades de melhoria identificadas;
4. as fragilidades com potencial de comprometer a qualidade da atividade de auditoria interna;
5. os planos de ação corretiva, se for o caso;
6. o andamento das ações para melhoria da atividade de auditoria interna.

Art. 8º Os casos de não conformidade com a IN SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017, que impactem o escopo geral ou a operação da atividade de auditoria interna devem ser comunicados pelo CAI ao CONSU, bem como a CGU/MG.

Art. 9º A UAIG somente deve declarar conformidade com os preceitos da IN SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017, e com normas internacionais que regulamentam a prática profissional de auditoria interna quando os resultados do PGMQ sustentarem essa afirmação.

Art. 10 Essa norma entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCUS HENRIQUE CANUTO**  
**Vice- Presidente do CONSU/UFVJM**

---

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Henrique Canuto, Servidor**, em 25/02/2021, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de](#)



[outubro de 2015.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0290028** e o código CRC **8B8AD03B**.

---

Referência: Processo nº 23086.000540/2021-29

SEI nº 0290028